

MORRO DA CONCEIÇÃO: ESPAÇO E COTIDIANO DO LUGAR¹

Genovan Pessoa de Moraes Ferreira

RESUMO

É nos marcos de uma sociedade globalizada que tende a esvaziar os conteúdos sociais localizados e a homogeneizá-los como mero espaço de consumo, que discutimos o que sobrevive enquanto unidade da vida social de bairro. Pois, se a reprodução da vida comunitária mais remota se fazia sob o impulso de laços de identidade fortemente estruturados no tempo do lugar, os bairros da atualidade sob poderosa pressão de tempos e conteúdos diversos e, não raro estranhos, buscam resistir à ameaça de diluição reelaborando sua identidade numa dialética permanente local/global. Nosso estudo procurou fazer essa análise no Morro da Conceição, bairro periférico do Recife, identificando usos do espaço que levam às sobrevivências da vida de relações que caracterizam o *lugar*, bem como, aos conteúdos que lhes deram forma historicamente. Assim, a partir das múltiplas dimensões da vida cotidiana dos seus moradores, são discutidas práticas espaciais baseadas na prevalência dos *valores de uso* e promotoras de laços de identificação e permanência do *lugar*.

PALAVRAS-CHAVE:

Lugar, uso, espaço, cidade, identidade

ABSTRACT

It's in a global society where local social contents tend to become empty and homogeneous, that we discuss what can survive as a unit of a social life of a neighbourhood. The most remote community life took place based on strongly structured laces of identity in the natural pace of the place, where as nowadays neighbourhoods, under powerfull pressure of diverse and, not rarely strange, pace and content, struggle to resist to the threat of dilution creating their on identity in a permanent local/global dialectics. This work attempts to analyze Morro da Conceição, a poor neighbourhood in Recife. The main goal is to identify uses of space which lead to the endurance of the social relationships that characterize the place, as well as, the contents which hintorically have shaped it. Through the multi-dimentional aspects of everyday life, of is innabitants we discuss spatial practices bases on use values which promote identity ties and the maintenance of the place.

KEY WORDS:

Place, use, space, city, identity

Introdução

A discussão do processo de produção do espaço hoje, envolve a articulação de diferentes níveis – econômicos, políticos, culturais, jurídicos – que se interpenetram sob o domínio do sistema capitalista de produção dentro de uma totalidade: a de um espaço globalmente produzido e reproduzido sob o jugo da propriedade pri-

vada e das relações de *troca*. Sabemos no entanto que embora com força, ritmos e propósitos diferentes, na verdade essencialmente opostos, operam lado a lado processos homogeneizantes, os que coisificam o homem, o espaço e a vida tornando-os *mercadoria*; e os que os contrariam; quer via atos e movimentações mais ou menos explícitos (caso de alguns movimentos sociais), quer pela inércia, imaginário e subjetividade existen-

tes no jogo social cotidiano (caso das manifestações culturais populares, festas, contestações e outras tantas relações que envolvam apropriações de espaços públicos). As manutenções produzidas por estes últimos, sendo a expressão clara de que as ações dominantes além de sua natureza intrinsecamente desigual, produzem materialidades socioespaciais de modo seletivo e fragmentado. Mais que nunca, se ao regime de acumulação é possível extrair *mais-valia* em nível mundial, sua aplicação contempla somente alguns locais, escolhidos segundo seus dotes em redes científico-tecnológicas; particularidades culturais e/ou ecológicas e iniciativas de suas elites para provê-los dos meios necessários a integração nos circuitos globais.

Considerando as feições que permeiam as novas relações local/global neste final de século podemos dizer que as manifestações espacialmente localizadas de fenômenos de caráter geral encontram nas abordagens geográficas do *lugar*, trilhas profícuas de análise de do espaço total. Inúmeras questões trazidas na esteira de ampliação das relações sociais à escala planetária como a expansão do modo de vida urbano, a 'transnacionalização' da economia do crime e da violência, a agenda ecológica, a indústria do turismo, o *show business* ou a ação dos meios de comunicação e informação, guardam na dimensão do *lugar* não apenas possibilidade concreta de apreensão da realidade, como configura também uma necessidade epistemológica para avançarmos nas reflexões geográficas sobre o espaço social.

Em que pese o recorte espacial do *lugar*, da sua pretendida sobrevivência enquanto espaço sensível, de vivência de setores significativos da população na metrópole moderna, o movimento de ampliação das trocas e dos espaços de circulação à escala planetária, propiciada pela aceleração contemporânea, tem sido cada vez mais, um poderoso vetor a incorporar todos os homens a uma história única, qual seja, a de um tempo/espaço hegemônicos que se define, por assim dizer, por uma sociedade mundializada.

Neste sentido, a evolução do capitalismo tem se dado na direção, ainda que não linear, de uma progressiva unificação espaço/tempo. Pelo lado do espaço, com o inexorável e crescente enfraquecimento dos laços *homem/lugar*. Pelo do tempo, através do binômio *simultaneidade/necessidades*, ou seja, comunicabilidade e imposição do consumo generalizado ao mundo inteiro. Como diz SANTOS (1994, p.43), se durante muitos séculos a história do homem foi feita de 'momentos divergentes', a das gerações atuais é feita de 'momentos convergentes', onde a simultaneidade dos acontecimentos se impõe a todos os lugares.

Não obstante, esse distanciamento homem-lugar é um, entre tantos processos de separação (homem-natureza, campo-cidade, trabalho-lazer, obra-produto, etc.) promovidos pelo capitalismo, que no seu curso, estende as relações de troca ao espaço inteiro, constituindo a 'sociedade global' tal como hoje a conhecemos. A introdução de uma divisão técnica, juntamente com uma divisão territorial do trabalho, facilitadas pela ampliação das redes de circulação, pela multiplicação das inovações técnicas (surto das estradas de ferro, do telégrafo, telefone, automóvel, rádio, televisão, computador, etc.) e pela revolução nos meios de comunicação, são apenas alguns dos componentes do dito processo civilizatório capitalista, responsáveis pela aceleração tempo/espaço, característico do espaço globalizado e que resulta, tanto na extrema segregação quanto na funcionalização socioespacial.

Em outras palavras, o movimento produzido pelo conjunto dos agentes sociais no âmbito do *lugar*, garantindo a dialetização entre os conteúdos que lhes são próprios, e os conteúdos da mundialidade que nele vêm se realizar, acaba conferindo nova identidade aos habitantes e ao espaço do *lugar*. É neste sentido, inclusive, que os meios de comunicação e todo aparato eletrônico da atualidade (televisão, computador, telefone celular, etc.) assumem papel fundamental na discussão do *lugar, da cidade e do urbano*.

As reflexões aqui apresentadas caminham na direção acima apontada e resultaram de estudos que fizemos em um bairro do Recife e originaram nossa dissertação de mestrado. Foi com base nestas investigações que podemos abordar tanto a totalidade espacial que reproduz no bairro vetores e condicionamentos gerais; quanto analisar elementos de sua própria história, resultado dos acontecimentos que ali se desdobram cotidianamente.

De um lado, como se verá adiante, um bairro situado em área de morro que tem sua existência inexoravelmente atrelada à reprodução urbana da cidade (no caso Recife), que por sua vez, é fruto da superposição complexa de fases de uma urbanização *periférica* cujas especializações subordinam-se e expressam os movimentos desiguais da acumulação global. De outro, temos a dialética da *ordem próxima* e da *ordem distante* que revela uma história particular ao bairro, construída com a participação de múltiplos atores em momentos de intensas lutas sociais, assim como, aqui e ali formas que testemunham manutenções de produção e uso coletivo do espaço.

Cumpramos esclarecer, que se estudamos a dimensão *lugar*, representando-o no estudo de um bairro, é porque acreditamos que a partir da valorização dessa dimensão espacial – expressão de contradições sociais mais amplas – abrem-se possibilidades estratégicas de se estender o que resta da vida de relações no espaço de uma forma mais abrangente.

Estamos certos assim, que do mesmo modo pelo qual o bairro do Morro da Conceição, só existe como resultado do processo de produção e de reprodução privada dos espaços urbanos metropolitanos (no caso Recife), particularmente nos termos em que se dá a urbanização nos países subdesenvolvidos – e esta obriga as classes subalternas a se reproduzirem nas favelas e morros da cidade. O Morro existe por outro lado, como espaço da vida, pois, nessas áreas precárias, há também a riqueza da vida; as pessoas vivem ao mesmo tempo, o cotidiano de

opressões e carências e engendram concomitantemente movimentos de luta por melhores condições de existência. Forjam seus ambientes de sociabilidade e de encontro, seus espaços apropriados para a festa, para a troca de experiências e o desabafo das alegrias e dos rancores.

Nesse espaço, a forma espacial que animava a fruição da cidade em tempos pretéritos, isto é, aquela que brotava de um ritmo de vida cujas práticas espaciais se baseavam no encontro para o diálogo e a festa – vivenciados nas ruas e praças, e ainda desvinculados de um compromisso com a *troca* – parece ainda conservar-se, quer através de antigos como de novos *usos*, contribuindo assim, para uma relativa unidade do *lugar*.

Nestes termos, em que medida instâncias espaciais como o bairro, podem estabelecer novas bases às relações homem-lugar? Considerando a hegemonia dos processos globalizantes possibilitados pelas novas tecnologias de comunicação, até que ponto essas mesmas tecnologias podem fortalecer valores e conteúdos do *lugar*? Quais os limites de possíveis usos do espaço pela restituição do seu *valor de uso*, quando encontros fortuitos possibilitam a apropriação da rua, a construção coletiva e a vertente pública do espaço? Qual a medida da diferença num cotidiano dominado pelas coações de toda ordem, mas também pelo sonho da mudança?

Contudo, se acreditamos na hipótese de que no estágio atual de complexidade da vida urbana, o bairro possa manter uma certa unidade afirmadora da sua existência, não é para fazer uma apologia da paróquia, nem para elevá-lo a modelo de organização da vida urbana moderna, pois embora o bairro se apresente como unidade social necessária, ele não define a realidade social, estando subordinado a estruturas sociais mais amplas. Pois, se no nível do espaço urbano é a dimensão sensível onde a vida dos habitantes toma forma e sentido, por outro, “não é no bairro que se formam, nem se instituem os papéis sociais, as condutas, os comportamentos, nem mesmo quando utilizam este nível de acessi-

bilidade para se impor”(LEFEBVRE, 1978a, p.199).

Com efeito, para que evitemos cair no que Lefebvre denuncia ser uma ‘ideologia do bairro’ ou seja, o tratamento deste como uma essência da vida urbana, o procedimento metodológico levado a efeito aqui, tem na cidade a totalidade considerada para tentar examinar o “grau de realidade” existente no bairro. Na perspectiva deste autor “o único processo científico para chegar a ele, para defini-lo, determinando seus limites e grau de realidade, é aquele baseado na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos ou coleção de aspectos (e em consequência da sociedade como um todo superior às formas, às estruturas, às funções) que engloba. Sejam quais forem as dificuldades teórico-metodológicas de acesso à totalidade e à globalidade, este processo é o único aceitável; é único que impede a inadmissível redução do conjunto aos elementos”(LEFEBVRE,1978a, *ibidem*).

Com efeito, o processo da mundialidade em constituição e da instantaneidade dos fluxos de comunicação que a sustentam, da dessimbolização do mundo em benefício dos signos, da ‘metáfora do globo terrestre’, difundida em larga medida pela profusão das mensagens publicitárias na atualidade, parecem contribuir de modo decisivo para um desenraizamento generalizado das gentes, culturas, lugares, espaços.

Não obstante tais desenraizamentos terem sido engendrados no curso do que convencionalmente chamamos de ‘modernidade capitalista’ em uma longa e progressiva marcha de aceleração do tempo e de compressão do espaço, potencializa-se nesta segunda metade de século com a sofisticação das tecnologias de comunicação, particularmente com a eletrônica e a informática.

Processo que guarda correspondência nas várias dimensões sociais – econômica, política, cultural e espacial – se expressa nesta última, especialmente no que tange ao espaço da cidade, em sua dissolução, fragmentação e homogeneidade. Para Olgária Matos é aliás, no espaço urbano da metrópole moderna, que a exclusão

da diferença é vislumbrada de maneira mais flagrante e onde o triunfo da razão instrumental produz um verdadeiro desencantamento do mundo, legitimador do pensamento e da ação homogeneizantes. Para a autora “este processo de desencantamento do mundo é resultado da ação formalizadora do pensamento abstrato e matematizante e se traduz no espaço urbano pela exclusão de seus rituais, e de seus mistérios” (MATOS, 1983, p.47). Assim se no passado a cidade era um somatório de experiências cristalizadas em múltiplas práticas cotidianas que permitiam seu reconhecimento como espaço coletivo apropriável, ao transformar-se em metrópole será negada e ver-se-á reduzida aos rituais da produção *stricto sensu* e do consumo.

Contudo, se por um lado, como nos diz Olgária Matos, a cidade foi perdendo o sentido de ‘espaço coletivo apropriável’ submetida a um tempo-espaço da fluidez de capitais, sons, notícias e imagens, tributária de uma revolução científico-tecnológica e nas comunicações, cuja mundialização não se faz sem arrasar com as particularidades dos lugares, seus universos culturais, seus símbolos e de tudo que lhe era próprio. Por outro, esse processo corrosivo de todas as consistências, não ocorreu sem que se deparasse com forças inerciais de resistência.

Foram exatamente as representações socioespacialmente concretas dessas resistências, frente ao caráter profundamente desigual, excludente e desumanizante desse processo unificador de valores, modos de vida e espaços, que nos encaminham para as reflexões em torno do eixo *lugar-urbano-mundo*.

Posto que o *lugar* é a expressão concreta da relação dialética entre o que Lefebvre chama de *ordem próxima*, ou seja, o cadinho dos acontecimentos cotidianos que formam uma ‘história local’, e *ordem distante*, isto é, as relações que permeiam de maneira mais ampla o conjunto da sociedade, dando significado a uma ‘história mundial’ é nesta instância que melhor se pode compreender os pequenos movimentos que privilegiam a heterogeneidade e apontam para uma

primazia dos *valores de uso*, portanto, para possibilidade da *apropriação* como prática espacial.

Assim, o conteúdo das exposições que fazemos aqui, tem como propósito analisar elementos que evidencie a permanência do *lugar*. Além das práticas espaciais solidamente estabelecidas no curso de uma história articulada no interior do bairro, analisa-se também propostas de uso que, embora tenham sua penetração facilitada por condições específicas ao lugar, fundamentalmente puderam surgir em função de possibilidades colocadas pelo estágio atual do meio científico-tecnológico. A este, aliás, atribuímos papel significativo no fortalecimento da *identidade* e na apreensão de momentos de *apropriação* do espaço local.

Portanto, a compreensão de que “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua (...)” e que nele se impõe o mundo do vivido “(...) é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 1996a, p.20 e 26) pois, os indivíduos vivem e produzem espaço, nos coloca a necessidade de entendê-lo na multiplicidade das relações cotidianas que lhes confere um tempo e um ritmo particulares. Assim fazendo, estaremos buscando entender os conteúdos mundiais que se reproduzem no lugar, ao mesmo tempo assinalando as mudanças no espaço urbano como um todo.

Por conseguinte, no plano metodológico, o nosso espaço de estudo (o bairro do Morro da Conceição), é a revelação de um momento da produção e da reprodução do espaço urbano do Recife, no curso do qual a valorização dos seus espaços centrais, determina o deslocamento das populações pobres para os morros e periferias distantes. Portanto, contrapartida a evidenciar a face segregadora de toda produção capitalista da cidade, com seus tradicionais corolários de privação ou usufruto precário impostos a parcelas consideráveis de seus habitantes dos direitos

mais elementares (infra-estruturas de habitação, saneamento, transporte, educação, etc.) necessários à reprodução da existência.

Entretanto, e isto decorre do movimento anterior, o próprio processo de reprodução que se realiza segregando, torna-se o meio gerador de lutas pela apropriação de novos espaços da cidade. Apropriação que se dá com acento nas relações coletivas, portanto, baseadas no *uso* não reduzido à troca, acabam por produzir no tempo, uma identidade do/no *lugar*. Esses movimentos “ao questionar a propriedade privada da terra que inibe o livre acesso à moradia, (...) reavivam o uso sem reduzi-lo a um simples consumo do espaço e, nesse sentido, colocam acento nas relações entre as pessoas (...) com o lugar seja no que se refere à vizinhança e o imediato, ou com a região mais ampla ou mesmo com todas as dimensões do urbano. Constituem-se a partir de laços de solidariedade tendo na base o reconhecimento do ‘outro’ constituem uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade – onde também se revela o sentido do pertencer a um lugar e a um determinado grupo” (CARLOS, op. cit., p.72).

Sem embargo as primeiras respostas encontradas pela nossa pesquisa empírica apontam para a existência de uma dimensão comunicativa fundamental, por exemplo, que desenvolvida, sobretudo, a partir da rua, através da ocupação do espaço, promove *usos* que afirmam a vida do *lugar*.

A não-cidade e o lugar

Se a cidade é o resultado da produção social de seus habitantes, em um jogo de interações que envolve relações imediatas desenvolvidas em seu seio e relações mais amplas com o conjunto da sociedade, em um determinado tempo histórico, toda transformação nas bases em que esta se sustenta, projeta-se em mudanças na forma de produzi-la.

Com efeito, foi com o desenvolvimento das forças produtivas, tendo como perspectiva o mo-

do de produção capitalista, que a cidade foi convertida no *locus* principal da produção e da reprodução das relações econômicas, políticas, culturais, ideológicas e jurídicas, onde a subordinação dos interesses da coletividade aos do capital, irão permitir a reprodução homogênea/desigual do sistema como um todo. A partir deste instante, as mudanças que se operam no sistema condicionam de maneira cada vez mais expressiva a produção do espaço urbano.

A universalização das trocas, acentuadas de uma forma extremamente rápida nas últimas décadas, com a redução das distâncias e das barreiras espaciais, conseguidas com os avanços nos transportes e nas comunicações, incorpora parcela sempre crescente da sociedade à divisão internacional do trabalho, aumentando inexoravelmente o grau de interdependência entre os povos e aprofundando a natureza mundializada do espaço. Ou seja, a reprodução ampliada do capital, progressivamente, passa a envolver simultaneamente todos os níveis espaciais: o local, o nacional, o continental, o mundial. Nas palavras de CARLOS (1996a, p.42) "o processo de globalização cria a unificação do espaço mundial onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de Estados que vão do centro à periferia a partir de relações de dominação-subordinação que tem como elemento de articulação o mercado mundial"

Lembramos que a *experiência urbana* tendencialmente mundializada aqui referida, não se confina ao espaço da cidade. Em um mundo globalizado no qual todas as coisas e pessoas se encontram de alguma forma interligadas, a cidade embora torne-se o lugar privilegiado de apreensão e de materialização do fenômeno urbano este, enquanto experiência material e simbólica cristalizada em um modo de viver, ultrapassa seus limites.

É certo, porém, que se por um lado, a discussão da sociedade urbana extrapola a cidade, por outro, são os seus conteúdos que lhes dão materialidade concreta. Temos então a inseparabilidade dos processos: a reprodução do es-

paço urbano cuja expressão palpável na *forma cidade* concentra homens, capitais, unidades fabris, serviços, mercados, produção e circulação de mercadorias e o urbano enquanto modo de vida (expressão de valores, *habitus*) como condição para a reprodução multifacetada da sociedade.

Lugar de convivência, ao mesmo tempo, do aparato produtivo e do mosaico de relações reprodutor da vida, ainda que a razão pragmática do primeiro venha, historicamente, exercendo toda sua pressão cooptante sobre esta última, não conseguiu reduzir a cidade a mero espaço de produção e consumo. Em outras palavras, a trajetória avassaladora do capital não elimina as contradições de um processo no qual conflituam, de um lado, os interesses da sociedade pela fruição e apropriação coletiva da cidade, que só é possível na primazia do *uso e do valor de uso*; e de outro, os interesses do capital que a tudo quer coagir, mediar e absorver em relações de equivalência *uso/troca* no e através do mercado. Nesse embate "o uso não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo; enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena" (CARLOS, 1994b, p.51).

A cidade revela então, por meio dos *usos* que lhes são dados, toda a complexidade e contradição produzida nos confrontos travados em seu seio pelos diversos atores. Particularmente no crescimento urbano dos países subdesenvolvidos a luta pelos espaços dedicados à moradia, por exemplo, é uma dessas manifestações de feição dramática em que os *usos* diferenciam-se quanto à localização e o acesso às infra-estruturas de consumo coletivo, segundo a classe e o nível de renda.

No Brasil, em seus aspectos gerais, o processo é bastante parecido nas cidades (principalmente nas capitais dos Estados) que viveram processos de urbanização intensa neste século. Em Recife, por exemplo, os usos foram se defi-

nindo, inicialmente, pela convivência dos seus atores produtores nos espaços planos da cidade. Aqui num primeiro momento e durante muito tempo, uma urbanização ainda tênue permitiu a convivência relativamente pacífica entre as camadas de maior e menor renda nesta porção do espaço. Num segundo momento, o quadro sofre profundas alterações: na esteira de uma rápida urbanização provocada pela modernização que o Brasil viverá a partir dos anos cinquenta, a cena urbana recifense se complexifica. O crescimento rápido da cidade, trazendo consigo forte pressão sobre o valor da terra e privilegiando o *uso* privado em detrimento do *uso* coletivo dos seus espaços, reduz expressivamente aquela dialética da convivência pacífica. Como veremos adiante, em seu lugar, acirradas disputas entre antigos e novos produtores da cidade (migrantes, industriais, comerciantes, Estado, etc.) resultaram em uma nova dialética socioespacial morro/planície cujo quadro de contradições é enormemente ampliado com as configurações sociedade/espaço surgidas sob essa égide.

Pode-se dizer assim, que os interesses do capital imobiliário crescem na mesma proporção em que os conflitos entre os vários segmentos da sociedade pela apropriação dos espaços da cidade vão sendo determinados a partir de *usos* vinculados à propriedade privada. Expressão deste processo, a segregação econômica vira também espelho da segregação espacial: de um lado, as restrições que se impõem aos pobres, da habitação precária à insuficiência de equipamentos e serviços de uso coletivo. De outro, o consumo conspicuo, a diversidade de lazer, o conforto dos espaços equipados para os segmentos privilegiados, embora freqüentemente a mistura de ambos produza uma paisagem de contrastes e possibilidades.

Espaço da coexistência, da pluralidade e da simultaneidade de acontecimentos produzidos em diferentes temporalidades, a cidade agigantada pelo processo de reprodução de natureza desigual e contraditória formador da metrópole, vê exacerbar-se em seu solo, um forte e perverso

conflito de usos, segundo os interesses e embates entre os segmentos da sociedade e isto pode ser verificado quando observamos que “a densidade e a quantidade dos bairros pobres que pontuam a mancha urbana metropolitana (...) – revela o fato de que as formas de uso, mediadas pela propriedade privada da terra, restringem o acesso de parcela significativa da sociedade à metrópole” (CARLOS, 1996a, p.72).

A natureza desse conflito de usos relaciona os espaços dedicados a reprodução do capital, implicando a produção de coisas no/e através do espaço da cidade. E aquele necessitado pelos homens para reproduzir a vida. Ambos igualmente permeados pelos mecanismos de controle do capital expressos na alienação cotidiana – pois os vários tipos de consumo realizados coletiva e/ou individualmente, inclusive os de natureza espacial, se fazem em consonância com a posição que cada um ocupa no sistema produtivo e, portanto, com a parcela de riqueza que é apropriada por cada segmento social – entretanto, os dois também repletos de possibilidades de amplificar *usos* não reduzidos à *troca* e capazes de anunciar o imprevisível.

É dessa forma que o espaço urbano vai se produzindo: homogeneizado, e como tal, incorporado, assim como as relações sociais, os homens, as culturas aos *valores de troca*, à mediação do dinheiro com a finalidade do lucro, inimigos da espontaneidade e redutor das diferenças; fragmentado e, desse modo, mercadoria negociada em parcelas; enfim, hierarquizado, expressão da segregação social de classe, entre os lugares da vivência confortável, e aqueles da sobrevivência precária, não poucas vezes inabitáveis.

Não obstante, da produção e reprodução do capital e da força de trabalho, mas também da vida. Da homogeneidade dos caminhos funcionalizados da circulação de coisas/mercadorias, mas igualmente da persistência da diferença latente ou manifesta na produção dos lugares. Do cotidiano que se repete exaustivamente nos gestos mecanizados, geradores de inércia e de mo-

notonia à repetição irredutível que guarda surpresas, contém resíduos de manutenção da diferença e criador de outras diferenças. Espaço/lugar, em suma, de não-encontro, de não-comunicação, *espaço dominado*; do mesmo modo, espaço de luta e de resistência, de encontro e de festa, *espaço apropriado*.

A produção socioespacial do Recife tem se dado em torno de uma luta, por assim dizer, desesperada dos seus habitantes pelo quinhão pouco generoso de terra firme e as águas que cortam seu território. De tal modo que a 'criação' do próprio chão, através de sucessivos aterros, é sintoma até os dias de hoje, tanto da especulação e da ganância dos agentes imobiliários, quanto da real e imponderável escassez de terra na cidade.

Como já dizia CASTRO (1959,p.155-156) na primeira metade deste século: "cidade construída numa planície encharcada, formada de ilhas, penínsulas, alagados, mangues e pauis, envolvidos e salpicados por manchas d'água por todos os lados, é impossível captar-se a expressão de seu rosto, do nível do solo ou do mar. Acercamos da cidade e caminhamos por sobre os bancos de solo ainda mal consolidados – mistura incerta de água e terra – onde ela assenta, como se estivéssemos perdidos nas brumas de um mistério, apenas pressentindo uma expressão que não conseguimos apanhar em sua plenitude. (...) Os mangues invadindo as terras, as águas dos rios entrando pelos quintais das casas, as línguas de terras penetrando mar a dentro, os mocambos se infiltrando por dentro dos mangues e da lama dos rios, numa desordem assustadora"

Malgrado seja inegável a força poética que a sinuosidade das águas confere à paisagem da cidade – fonte de inspiração para tantos viajantes, e contadores de história – os discursos que pretendam apenas realçá-la, correm sempre o risco de esconder a história social existente por trás dessas águas.

Representando 30% ou cerca de 66 Km² dos 218 Km² da cidade, contornando a planície, temos os morros que o processo de metropoli-

zação, expandindo o uso privado do solo nas últimas cinco décadas, agregou ao espaço urbano. Desse total aproximadamente a metade (30 Km²) encontra-se com seus topos e encostas habitados por uma população de mais de 430.000 (1996) pessoas, ou pouco mais de 30% dos 1,3 milhão de habitantes da cidade.

Assim, uma combinação de mar, rios, mangues e morros compõe a paisagem da cidade, cujas relações sociais de apropriação ao longo do tempo, se por um lado, – sendo produto de uma sociedade organizada em classes – refletem desde muito cedo, as contradições desta mesma sociedade, resultando em uma cidade profundamente desigual, cenário síntese da oposição entre riqueza e miséria, gerada em um processo de metropolização capitalista. Por outro lado, este espaço em que a natureza quer reinar soberana, a tudo inundando com suas águas, pouco a pouco será vencido pela teimosia de 'nobres' e 'plebeus' que aí travaram embates e produziram espaços.

Esses ambientes, que a rigor avançam para além dos limites territoriais do Recife, estendem-se a norte, a oeste e a sudoeste do município e, de uma maneira geral, caracterizam-se por colinas arredondadas, com altitudes entre 30 e 50 metros.

Predominantemente composta por segmentos de baixo poder aquisitivo, parte da população dos morros aí instalou-se em sucessivos processos migratórios, refletindo as profundas transformações ocorridas na estrutura socioeconômica do campo e da cidade brasileiros após a Segunda Guerra Mundial. Parte tem origem em diversos pontos da cidade, e resulta do deslocamento interno da população face aos mecanismos de valorização do espaço com a expansão urbana verificada, sobretudo, entre as décadas de cinquenta e oitenta. Ambos se combinando em uma mesma dinâmica: a da urbanização que se dá sob as oscilações do mercado de terras numa sociedade capitalista.

Embora de uma maneira geral, a ocupação desses espaços venha se dando de forma

“desordenada” pode-se distinguir duas zonas de morro, segundo o modelo histórico de ocupação: a primeira, formada pelos topos e encostas da zona norte/noroeste densamente habitados. Nestes, a ocupação informal é regra e decorrente da busca de espaços livres pelas camadas populares, em que a ausência de planejamento urbano e de legalidade da posse da terra, são traços marcantes, além de palco para inúmeras batalhas por parte dessas camadas, para deles apropriar-se.

A segunda, caracteriza-se pela ocupação formal através de planejamento estatal. Neste modelo, os conjuntos habitacionais tipo COHAB, formam o principal tipo de uso promovido pelo Estado para topos de morros das zonas sul e oeste da cidade, o que não impediu, contudo, que nas encostas que entornam esses conjuntos, se instalassem ocupações informais e proliferassem as autoconstruções tal como na zona norte.

São, porém, os morros da zona norte, que apresentam a maior população absoluta e as mais altas densidades médias em relação à área. São também os morros da zona norte que concentram a maior parcela da população pobre da cidade, bem como, historicamente precedam as demais áreas na luta por espaço; e onde seus habitantes deram os primeiros testemunhos da crescente segregação experimentada com o processo de expansão da cidade.

Dessa forma, foram os embates nascidos da dialética morro/área plana que definiram os contornos e a dinâmica da reprodução social nestes dois espaços da cidade. Nestes últimos, a consciência de encontrar-se em espaços de muitas restrições – em que a mínima conquista deveu-se a anos de luta diária, diferentemente das partes privilegiadas da cidade – não impediu, ou antes reforçou em seus habitantes, habilidades para a recriação da centralidade, dos espaços do encontro, da solidariedade, da festa, da cultura, das associações por causas coletivas, da comunicação, da revalorização dos *valores de uso* frente aos *valores de troca*. Em outras palavras, dos conflitos à reprodução segregada nos morros, as

relações *espaço/temporais* aí estabelecidas transformaram-no não só em lugar do residir e resistir, mas também da possibilidade de construir identidades, manter a vida e pertencer à cidade.

Com efeito, os conflitos entre os diversos segmentos da sociedade pelo direito ao *habitat* e ao *habitar* (LEFEBVRE, 1991b, p.16 e ss)² constituem um traço marcante no processo de expansão e de apropriação do espaço urbano do Recife. A valorização lenta do espaço da cidade, que durante muito tempo, permitiu a convivência amistosa entre os segmentos populares produtores do próprio chão nos mangues e alagados, e os ocupantes endinheirados das terras firmes, cede lugar a uma vinculação conflituosa mais intensa à medida que se intensifica o processo de urbanização e, com ele, a pressão sobre terras tão escassas.

Ademais é bastante sabido que num mundo no qual se universalizam a propriedade privada e o mercado, resta cada vez menos espaço para os pobres. Lugar onde melhor podem ser avaliados e sentidos os efeitos perversos destes dois mecanismos do capital “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos” Dessa forma, parcelas inteiras da população não têm como pagar um pedaço do solo urbano. Estas, “(...) acabam morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos da propriedade privada não vigoram: áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos etc., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos de propriedade se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados (...)” (SINGER, 1982, p.33-34).

No Recife o *mocambo* foi a forma do *habitat* que incorporou e melhor definiu as camadas pobres da cidade até a primeira metade deste século. Neste tempo ele cresce em núme-

ro e em extensão nos alagados, à medida que a cidade vai se urbanizando à luz de um modelo econômico que impede o acesso de todos às suas melhores partes. Não obstante, acomodando-se dentro do tecido urbano à mercê dos mecanismos do valor, os pobres ficarão nos alagados até que a expansão urbana incorpore-os à *troca*, à negociação no mercado de terras.

Assim, se hoje a cidade possui mais de 600 favelas, abrigando mais de 50% de sua população, em 1913 no levantamento do Departamento de Saúde do Estado, já contabilizava quase 20 mil mocambos no Recife, representando 43% de seus habitantes residindo na lama dos manguezais. Já em plena fase de conquista dos terrenos alagados através de aterros pelo capital imobiliário, e do conseqüente acirramento das disputas entre mocambeiros e especuladores, novo recenseamento (1939) apontava que os mocambos representavam 67% das habitações da cidade. A despeito das políticas de erradicação implantadas pelo Estado no final da década de trinta, o número de mocambos atingiu 90 mil ou 60% das residências da cidade em 1960 (FALCÃO NETO & ALMEIDA, 1985, p.76-77).

Mas se nos aterros, mangues e alagados, os pobres nativos e os migrados do interior, durante muitos anos, encontraram o lugar da cidade para residir, produzir e reproduzir o espaço cotidiano do infortúnio, mas igualmente o das glórias possíveis, aí não poderão permanecer – salvo nos casos em que consigam desenvolver lutas coletivas de resistência – quando confrontados às ambições do capital por mais espaço.

Com efeito, os nexos produzidos pelo rápido processo de urbanização ocorrido a partir da década de cinquenta, particularmente na vertente que esta assume em nações subdesenvolvidas como o Brasil, têm seus desdobramentos na expansão desmesurada do tecido urbano das cidades brasileiras. Tal processo, que caracteriza um novo ciclo da inserção do país na DIT (Divisão Internacional do Trabalho), marcando a passagem de uma sociedade fundamentalmente rural e agrário-exportadora, para outra urbano-

industrial, produzirá intensas transformações na paisagem de suas cidades.

Processo de urbanização e de metropolização que ocorre nos marcos de uma acumulação que persegue a unificação do espaço nacional segundo as regras do mercado, ampliando os laços de dependência ao capital transnacional e, para tanto, elegendo mecanismos brutais de concentração e de transferência de renda entre espaços e classes sociais, espoliação e pauperização dos trabalhadores, para estes tudo isto denuncia a piora generalizada das condições de vida e no tocante à habitação, em sua crescente periferização.

Ademais, preço da terra e distribuição das infra-estruturas de serviço, elementos intimamente vinculados aos investimentos feitos pelo Estado em cada porção do espaço, e como tais condicionantes poderosos do *valor* no/do espaço, são elementos chave, na explicação da configuração invariavelmente segregadora encontrada nas metrópoles brasileiras, particularmente para os segmentos de pouca renda (KOWARICK, 1993, p.35).

Como em outras partes do país, no Recife a expansão urbano-industrial desigual e concentrada, ao acentuar o caráter privado da produção do espaço da cidade nas últimas décadas, levará ao agravamento ainda maior do quadro de miséria já vivido por setores da população: antes excluídos dos benefícios fornecidos pela economia agrário-exportadora, agora igualmente não absorvidos por sua economia urbana formal. Este contingente em grande parte não absorvido pelo setor produtivo acirra as disputas pelas terras escassas da cidade. Copiosamente ampliada pela urbanização, não restará muitas alternativas a essa força de trabalho senão iniciar um caminho lento ainda em andamento, cheio de ardis de resistência, porém sem volta de periferização em que vai sendo apartada dos mangues e alagados para localizar-se nos morros até transbordar-se em territórios de municípios vizinhos.

Com efeito, os sinais dessa segregação foram sendo gestados em vários momentos do

processo de urbanização do Recife. Já nas décadas de trinta e quarenta, a transferência compulsória de elevado contingente da população dos mangues e alagados juntamente com a consolidação de um cuidadoso discurso antemocambo calcado em um 'pudor do mocambo' refletem estratégias de classe encampadas pelo Estado, que visam garantir às classes privilegiadas as melhores localizações da cidade, ao mesmo tempo que darão início ao intenso deslocamento dos mocambeiros no interior da cidade em busca de novos espaços de moradia.

Dessa forma, a lama tornada chão, onde o mocambeiro erguia seu mocambo e com ele a única forma possível de reproduzir-se e apropriar-se da cidade, já não será mais o lugar dos pobres, embora estes não parem de se multiplicar a cada ano. Em não conseguindo permanecer no chão por eles mesmos produzidos, grande parte começará a se instalar nas áreas de morro. Um relevo fortemente acidentado, o alto custo de implantação de infra-estrutura em comparação com as áreas planas, mantendo baixo o valor monetário dessas terras e, conseqüentemente, tornando-as pouco atrativas ao capital imobiliário, transformaram a região dos morros, nos últimos decênios, no principal destino da população pobre da cidade.

Contudo, não se imagine que o relativo pouco interesse do empresariado da construção por essas áreas, tenha traduzido-se em acessibilidade fácil e certa para os novos ocupantes. Inúmeras histórias de luta foram necessárias, muitas delas ainda em andamento, desde o momento da ocupação até a posse efetiva desses terrenos. Lutas, onde, invariavelmente, tinham que confrontar-se com alguma forma de manifestação da propriedade privada a qual eram submetidos e explorados.

De qualquer modo, apesar dos esforços de segregação da habitação dos pobres, há uma parcela remanescente dos antigos mangues e alagados, que embora cada vez mais reduzida e espremida junto aos símbolos do que se acredita ser a 'modernidade' – amesquinhada aos termos

da volúpia do consumo, – continua ao longo das últimas décadas desenvolvendo lutas de resistência para neles se manter.

À vista nas pontes, às margens dos rios, junto aos shoppings centers, centros empresariais, condomínios de luxo, órgãos da administração pública, etc., lá estão eles em suas lutas cotidianas pela sobrevivência, reproduzindo a existência precária, resistindo para permanecer no espaço, produzindo-o.

De um modo geral, portanto, a dinâmica da valorização e da expansão do tecido urbano da cidade nos últimos decênios, faz-se impondo limites e constrangimentos cada vez mais severos à plena reprodução da vida urbana para amplos segmentos de sua população. E em contrapartida, promovendo todos os interesses que viabilizem a reprodução do capital (comercial, imobiliário, industrial) e a ampliação do circuito da troca, do espaço de consumo e do consumo do espaço.

Portanto, reino das abstrações: do uniforme em lugar do diferente, da informação em vez da comunicação, dos símbolos substituídos pelos signos, do não-lugar em vez do lugar, demasiadamente, do produto em vez de obra. No limite, da destruição da cidade enquanto expressão privilegiada do espaço público para o encontro, a festa, para a comunicação com o *outro*, enfim para os usos que se dêem na primazia dos *valores de uso*.

Tal processo, suas contradições e limites, não podem encontrar possibilidade de elucidação sem falseamento, fora dos fundamentos de uma razão instrumental que norteia a produção e a reprodução capitalista dos homens, da vida e do espaço, submetendo-os às injunções da troca e do valor de troca. Desta maneira, reduzindo o espaço inteiro e, particularmente, o da cidade e do urbano, ao circuito da produção, circulação e consumo de mercadorias.

Isso porque, como já deve ter ficado claro, do desenrolar dessas dinâmicas é que surgiram vários dos lugares urbanos da cidade dentre eles o que estudamos. Daí decorrendo diferen-

tes formas de inserção desses lugares no espaço da cidade, segundo o momento histórico e os diversos tipos de relações que os produz cotidianamente. No caso do Morro da Conceição, por exemplo, sua integração à cidade, assume desde a feição de espaço precário deixado à moradia das populações de baixo poder aquisitivo, passa pelos movimentos que animam o cotidiano do bairro, engendrando sua fama de tradicional reduto de resistência e vai até a construção de uma identidade do lugar como veremos a seguir.

Lutas, vivências e (con)vivências no lugar

Devemos lembrar que, embora a discussão sobre a constituição da mundialidade apóie necessariamente, qualquer iniciativa que pretenda diagnosticar as razões que geraram o enfraquecimento dos laços locais, todavia, não é nossa preocupação direta analisar o modo como essa mundialidade materializa-se no lugar, criando novas modalidades de *uso*. Pelo contrário, partimos dos *usos* já existentes no bairro, para explicar como estes, contribuem para reforçar os conteúdos de permanência e os vínculos dos habitantes com o *lugar*.

Verifiquemos, pois, o que sobrevive nesse espaço que justifique falar na existência de uma *identidade do lugar*. Analisamos aqui, portanto, os elementos produtores do *lugar* Morro da Conceição à luz de sua história, procurando articular dimensões que o tornam a um só tempo: produto da construção coletiva dos seus habitantes no interior do bairro, onde lutas, festas, desejos, necessidades, etc., ou seja, onde a vivência espacial cotidiana, produz a história de cada um de seus habitantes e a do *lugar*; e produto das relações inextricáveis existentes no binômio *lugar-mundo*, que se geram estranhamentos, choques, alienações, menos verdade não é que da sua compreensão depende tornar essa relação algo inteligível, pois, “o lugar se produz na articulação entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o *lugar* se apresentaria como o *ponto de*

articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento” (CARLOS, 1996a, p.15-16) (grifos no original).

Colocando em outros termos, é como espaço que contém uma historicidade, incompreensível senão consubstanciada ao movimento mais amplo de constituição do que Lefebvre definiu como *Sociedade burocrática de consumo dirigido*, formadora de uma totalidade na qual se enredam diferentes tempos/espaços na produção do *lugar*, que o Morro da Conceição é aqui tratado. Assim, território necessário à reprodução do espaço urbano do Recife em seus vários momentos de expansão. *Lugar* de reprodução da vida cotidiana no qual práticas espaciais baseadas em fluxos significativos de uma sociabilidade compartilhada com o *outro*, ao longo do tempo, deu-lhe feição particular.

O Morro da Conceição compõe um complexo de morros conhecido por seus habitantes por ‘região’ de Casa Amarela. Área de topografia íngreme, de colinas com gradientes de aproximadamente 30% e altitudes que chegam a ultrapassar os 60 m na zona norte do Recife³

Essa produção dos altos e córregos de Casa Amarela, no entanto, remonta ao século XVII. Especialmente quando o Morro da Conceição, então chamado Outeiro de Bagnoulo, com sua localização estratégica, serviu como reduto fortificado dos holandeses nas ofensivas de invasão das terras coloniais portuguesas. Graças a sua privilegiada posição, um belo mirante da planície do Recife, após o período do domínio holandês passa a ser chamado de Outeiro da Boa Vista. Com esta denominação o Morro permaneceu do fim do domínio holandês até o início do século atual. A designação Morro da Conceição só viria bem mais tarde (1904) com a instalação da imagem de N. Sr^a da Conceição no local.

A vista panorâmica, proximidade do núcleo urbano principal, altitude e ar ameno, provavelmente contribuíram na escolha dessa colina como sede da imagem no Recife, assim como, deram início à sua construção enquanto espaço

símbolo ao transformar-se, no decorrer desse século, no principal ponto de peregrinação e de homenagens à santa, no Estado, e de importante lugar de moradia, efervescência cultural e lutas populares da cidade. Sim, pois não tardaria até que o Morro passasse de sítio escolhido para celebrar a proclamação do dogma e de culto a Imaculada Conceição da Virgem Maria, freqüentado em sua maior parte por gente simples vinda de diversas localidades, à alternativa de moradia para essa mesma gente. Esses serão elementos de um imaginário simbólico diferenciado, específico ao Morro da Conceição, em relação aos morros de Casa Amarela e outros espaços da cidade, fundamentos da identidade do *lugar*.

É, portanto, como local de devoção, mas particularmente como alternativa de moradia e de produção da vida para segmentos de baixa renda da população, que o Morro da Conceição, bem como, os morros vizinhos, vai sendo incorporado ao processo de reprodução do espaço urbano recifense. E como tal, pouco a pouco, seus habitantes nele vão tecendo relações, construindo um tempo e um espaço, estabelecendo *usos* que o torna *lugar* de sacrifícios e das carências cotidianas sem dúvida, mas também de fé e de festa, de identidade, de singularidades e permanências.

Assim, a história do Morro fornece os rudimentos de como os tempos diferenciados foram impregnando este espaço e aí produzindo singularidades. Vejamos como os *usos* atuais que se desenrolam no espaço cotidiano, representam sobrevivências de práticas identitárias germinadas no *lugar* e como elas fortalecem a identidade do espaço local e implicam em sua permanência.

História esta que não pode ser tratada como uma entidade, ou seja, morta por princípio e evocada por necessidade. Muito pelo contrário, é por sabermos que a existência só pode ser apreendida em sua real vitalidade a partir da compreensão do ininterrupto movimento de produção cotidiana de tempos/espaços que alie presente, passado e futuro, que buscamos evitar des-

ligar a produção atual do Morro, dos momentos de indiscutível relevância do seu processo de constituição. Nesta perspectiva, presente e passado se fundem propiciando pensar o futuro.

Décadas de ocupação que o aparato operado por um planejamento normatizante, porque instrumentalizante, não consegue elucidar, mas que vai sendo sub-reptícia e sabiamente tecida pelas camadas populares. Por toda a história permanentemente confrontada com a necessidade de desenvolver estratégias de sobrevivência – lá está um verdadeiro labirinto composto de ruas, córregos, becos, travessas, vielas, picadas, ladeiras e escadarias; sons, cores, festa, expressões e movimentos que só a disposição para entendê-lo nos termos de quem o produz pode permitir uma visão aproximativa do seu significado.

Em um tempo/espaço mundializado carregado de ambigüidade no qual os conteúdos locais ora parecem se afirmar, ora caducar qual a natureza das permanências que o Morro da Conceição ainda encerraria? Seriam suficientemente fortes a ponto de constituir-se ali uma identidade do *lugar*?

Nos contatos com o espaço da vida cotidiana do Morro da Conceição exigidos pela investigação, percebendo suas carências, conhecendo sua história, duas constatações logo se impuseram: a primeira, é que estávamos perante uma situação de segregação espacial, com os corolários comuns a qualquer população pobre refletidos no dia a dia de dificuldades de toda ordem. A segunda, e um olhar atento na sua história não esconde, que as lutas ali vividas, forjadas também em uma longa vivência comum, produziram uma identidade entre seus moradores materializada em relações socioespaciais que dão vida simbolicamente peculiar ao lugar.

Claramente um espaço de carências a primeira e a mais premente, pois dimensão indispensável à reprodução humana, é a carência do próprio espaço que de qualquer modo uma densidade geral de quase duzentos habitantes por hectare ou a observação da paisagem congestionada não se presta a esconder.

No Morro uma população de quase dez mil habitantes se comprime, em um espaço cuja densidade já ultrapassa os duzentos e cinquenta habitantes por hectare. Não obstante haja uma certa proporção de “novos adultos” que por casamento ou qualquer outra razão, deixam o Morro para viver em outros locais, em geral a densidade já alta das habitações, vai sendo pressionada – seja pelas demandas de novos moradores ou das próprias gerações crescidas no lugar – pela “verticalização” e principalmente, com a construção no que resta de terrenos baldios, no quintal, contígua à casa dos pais – as famosas “puxadas” – sendo estes os sinais eloqüentes de um espaço de reprodução que se torna cada vez mais acanhado.

“No Morro os terrenos são poucos, o pessoal não tem condição econômica... a família tá crescendo e não tem né... aí fica puxando quartinho no final do quintal, vai puxando, quando a gente vê tá encima do muro (de arrimo)... a gente tenta conscientizar a população que não faça... mas por outro lado, não consegue o retorno porque a gente sabe a dificuldade que é grande dos moradores” (Rosemary/Rose, 33 anos).

Dessa maneira, muito cedo, marcantes movimentos reivindicatórios farão do Morro da Conceição e de Casa Amarela não somente espaços onde a face perversa da reprodução desigual da cidade revele-se na contundência de uma “cultura da escassez” que acompanha seus moradores, como por isso mesmo, torná-la conhecida e capaz de reconhecer-se pela rebeldia e disposição que estes encontram para rejeitá-la. Mais, que malgrado todos os reveses, não parecem ter desistido de perseguir o sentido do urbano e da vida urbana.

Este tem sido um componente fundamental que continua e historicamente vem fornecendo elementos a construção da imagem da região de Casa Amarela e também do Morro associada a uma identidade socioespacial de luta. A fala

dos seus habitantes é clara ao reconhecer o bairro e o macro-território de Casa Amarela como espaço celeiro de embates históricos, a começar pela própria conquista do chão. Se aqui e ali emergem discursos que idealizam o passado, é notável nesses habitantes o sentido de pertencimento a um espaço reconhecidamente de luta e de resistência, o que tem ajudado no nível das práticas espaciais cotidianas a estimular o trabalho militante, como no caso do Morro da Conceição, da destacada atuação do Conselho de Moradores e da Igreja.

Quando menos, por serem agentes sociais notórios e de credibilidade reconhecida junto aos habitantes do *lugar* nas várias lutas históricas ali travadas pela melhoria de suas condições de vida. Mas, fundamentalmente, por sua admirável inserção na vida social do mesmo. Mesmo que, vale dizer, num nível crescente, venha escapando a estas instituições formalmente estruturadas (igrejas, associações, partidos políticos) o movimento mais geral e dinâmico das comunidades sutilmente perceptíveis em suas lutas miúdas, atitudes e imaginário silencioso do cotidiano.

Se hoje de uma maneira geral o Morro da Conceição – ainda que de maneira precária e insuficiente – bem como, a região de Casa Amarela como um todo dispõem dos equipamentos urbanos básicos (escolas, postos de saúde, transporte coletivo, sistema de abastecimento d’água, coleta de lixo; programas sociais como o da contenção de encostas, construção de escadarias, etc.) necessários à existência e à reprodução sociais na cidade, isso se deve, fundamentalmente, às inúmeras lutas desenvolvidas pelos seus habitantes nestes espaços, nas últimas quatro décadas, especialmente nas de setenta e oitenta.

Lutas que nunca terminam aliás, nem conseguem ter um caráter de mobilização formalizada permanentemente. Pelo contrário, ora se renovam e avançam; ora entram em refluxo, às vezes quase em prostração. Em alguns momentos cruciais como os de hoje, parecem tatear a procura de novos instrumentos e referenciais, mas,

sobretudo, são diariamente alimentados pelas expressões, ações, modos de pensar e de agir, sentir e apropriar-se do espaço vivido por seus habitantes.

Adiante-se que essas lutas não podem ser compreendidas senão articuladas a uma discussão mais ampla sobre o papel dos movimentos sociais urbanos no contexto da vida política brasileira dos anos setenta. Portanto, o rebatimento no Morro das lutas sociais ocorridas na região de Casa Amarela não se explicam isoladamente e, sim, articuladas a processos que se desdobram à escala nacional.

A forte emergência destes movimentos a partir de meados da década de setenta, se dá sob uma conjuntura de 'crise de legitimidade' da ditadura militar em que esta convive com a contradição entre o processo de liberalização liderado pelos setores mais moderados do regime, abrindo caminho a uma maior organização da sociedade civil, e o rigor autoritário daqueles contrários a esta perspectiva (JACOBI, 1993).

Neste contexto, explodem com força as manifestações em defesa dos direitos humanos, em que lutam juntas a Igreja e inúmeras entidades da sociedade civil. Irrompem também, novos atores políticos que lutam pelo direito à cidadania, e às questões sociais candentes (salário, custo de vida, habitação, infra-estrutura urbana em geral, desemprego, etc.) lideradas pelo "novo sindicalismo" os Movimentos Sociais Urbanos e os partidos de esquerda.

Com efeito, se concordamos que nos embates entre os movimentos reivindicatórios e os órgãos do Estado "(...) as suas demandas configuram a emergência de uma identidade social específica e localizada no bairro, que faz deles sujeitos que reivindicam direitos, numa perspectiva de apropriação igualitária de bens de consumo coletivo e de cidadania ou de melhores condições de vida nas cidades"(JACOBI, op. cit., p.159) podemos assegurar, para o caso específico do Morro e do seu entorno, que essas lutas assumem aí uma conotação, que não somente permite-nos associá-las ao presumível significa-

do que tiveram nas efetivas conquistas materiais, como também vinculá-las à construção de uma identidade e de um imaginário social do *lugar*.

Falemos então de lutas sociais concretas e do papel por elas desempenhado, não apenas no sentido das repercussões que conquistas seguidas de infra-estruturas efetivamente tiveram na redução das precariedades e, portanto, na melhoria geral das condições de vida, isto se se pensa nas ausências de anos atrás. Mas sobretudo, na função que tiveram de elo de elaboração de uma coesão interna que ajuda a desenvolver o sentimento de pertencimento e de identificação com o *lugar*, um espaço *apropriado*.

A história dessas lutas compartilhadas em inúmeras reuniões, assembléias, passeatas; em audiências intermináveis e árduas negociações nos labirintos turvos das repartições públicas, num delicado jogo de paciência recíproca entre os representantes do povo e os burocratas de plantão, têm como marco espacial a área de Casa Amarela como um todo e o chão para morar, como peleja emblemática e matriz que possibilita o desencadeamento de inúmeras outras lutas (por infra-estrutura, saúde, educação, etc.), além do caráter de essencialidade à reprodução da vida.

Se a moradia nas áreas planas da cidade tornou-se quase impossível com aceleração da urbanização, a permanência nos terrenos acidentados dos morros da zona norte do Recife, carentes à época, de toda infra-estrutura urbana, não se deu de forma tranqüila. Pelo contrário, até que movimentos pela posse da terra ganhem força e sejam após muitos anos afinal vitoriosos, serão precedidos por longos anos de exploração de seus ocupantes, através da cobrança do *foro*. Esta cobrança pelo uso da terra inicia-se ainda nos anos quarenta quando os interesses suspeitos das famílias Santos Marinho e Rosa Borges arrogam para si a condição de locadora da área responsabilizando-se por sua arrecadação. Tantos e por tanto tempo foram obrigados a remunerar a terra, que antigos moradores ao serem perguntados sobre o Título de Posse, com facilidade recordam:

“Paguei quarenta e cinco ano (sic) de foro. Deixei de pagar quando disseram: terra liberada, agora vai chegar a posse. Comecei a pagar a Antonio David, depois paguei ao velho Santos Marinho e ao seu empregado e os últimos eu paguei ao filho dos Marinho... (sr. Toinho, 74 anos).

Assim, embora o direito de propriedade àquelas terras fosse exercido de fato pelas duas famílias, sempre foi questionado pelos habitantes nelas instalados, o que não evitou o pagamento, durante anos pelo uso da terra. Desta forma transcorre anos a fio a ocupação desses terrenos. Até que, já na década de sessenta o aumento extorsivo dos foros e aluguéis, usado como estratégia para a expulsão dos moradores das áreas em questão, desencadeia um longo processo de mobilização, de resistência e de luta, que entre os momentos de maior engajamento e os de refluxo, se arrasta do final dos anos sessenta, até 1980 quando o movimento sai vitorioso.

Não obstante todo o aparato repressivo da ditadura militar, obstaculizando a organização da sociedade civil e impedindo as manifestações populares à época, as populações dos morros conseguiram atingir um alto nível de mobilização na luta pela terra que ocupavam há anos.

Em 1976, quando o movimento chega a um dos seus ápices, repercutindo inclusive em importantes veículos da comunicação de massa, é batizado de *Movimento das Terras de Ninguém*, nome apropriado pelos ocupantes da área, a partir do título de uma reportagem publicada pela revista *Veja* em 01/06/76, retratando a luta dos moradores de Casa Amarela (MONTENEGRO, 1994, p.54).

A propósito da oportuna argumentação de Montenegro (1994, p. 54 e 58), de que a expressão *Terras de Ninguém* dada como nome ao movimento, traz consigo um forte sentido de rejeição do direito de propriedade alegado pelos supostos donos – “o termo “ninguém” está dirigido no sentido de restaurar o direito de posse e, por extensão, o de propriedade. O ninguém tem a

força de negar, de virar de ponta-cabeça o projeto de propriedade, que a imobiliária procura outorgar-se” – em detrimento do direito de posse pelos moradores, acrescentamos que o conflito subjacente aí se deu entre: de um lado, um pretendido *uso* subordinado ao *valor de troca* por parte dos mercadores de terras urbanas, representados, neste caso, pelo capital imobiliário; e de outro, um *uso* irredutível a essa lógica de negociantes e, como tal, voltado para a reprodução concreta/material da vida daqueles habitantes e para a *apropriação* simbólica do espaço, a partir da construção cotidiana de uma história onde se vão tramando laços de identificação e produzindo-se a vida do *lugar*.

Desta forma se desenvolve com avanços e recuos uma contra-história, que baseando-se no resgate da memória de ocupação dos terrenos em litígio, vai aos poucos estabelecendo nos habitantes dos morros, a compreensão de que eram eles os verdadeiros produtores daquele espaço e, como tais, possuidores do direito legítimo de usufruí-lo. E assim o movimento foi acumulando forças ao longo de toda a década de setenta. Em julho de 1979, lançava o documento *Dez Pontos da Desapropriação* onde, entre outros aspectos, definia o problema da terra em Casa Amarela como uma questão social e que exigia desapropriação. Depois de superar repetidos embates, em dezembro de 1980, o movimento consegue derrotar os interesses dos especuladores imobiliários e conquista do Estado o ato de desapropriação em favor dos moradores de Casa Amarela.

Como já observamos, as lutas nos meios populares são sempre muitas e jamais terminam. Começam quase sempre pelas condições mínimas de existência que o modelo de sociedade disseminado pelo fundamentalismo do mercado insiste em negar. Muitas vezes, porém, estacionam no marco das reivindicações pela redução das precariedades para a reprodução da vida cotidiana: água, transporte, saúde, energia elétrica, escadarias etc., são os problemas mais gerais nessas áreas e bandeiras freqüentes das lu-

tas. Algumas vezes, contudo, falta-lhes fôlego e condições objetivas para uma discussão política que busque questionar mais a fundo as bases nas quais se alicerçam as práticas socioespaciais da sociedade, assim como, a definição dos meios para superá-las.

Isto não implica em reduzir a significação dos movimentos reivindicatórios. Pelo contrário, no caso do Morro da Conceição, sublinhamos que eles compõem de forma decisiva o próprio imaginário formador da identidade do *lugar*. Articulados à Casa Amarela - como na mencionada luta pela terra ou voltados para interesses mais específicos ao bairro, ou ainda alimentados nas pequenas estratégias cotidianas de sobrevivência, os moradores do Morro ressaltam em suas falas, as outras tantas lutas que se fizeram necessárias para a melhoria de suas condições de existência. E aí facilmente percebe-se o orgulho que determinadas lutas trouxeram ao imaginário local ajudando a constituir-lo em *lugar* símbolo da fé e de resistência.

“A gente não tinha escadaria como hoje tem, tudo era de barro; não tinha água, tinha só um chafariz aqui encima e tinha que se deslocar pra o córrego do Euclides pra pegar água. A gente não tinha coleta de lixo, nem saneamento... o Morro era uma coisa assim cheia de privação... A organização começou com a queda de algumas barreiras e também com a questão da água, que a gente sofria muito com a questão da água. A gente tinha que descer e carregar água na cabeça... Ruim é quando estava chovendo, que era tudo feito de barro e a gente derrapava com a lata na cabeça. Na época o pessoal já discutia também a questão das ‘terras de ninguém’... A gente também não tinha transporte. Todo transporte a gente tinha que descer pra pegar ou na Av. Norte ou no Córrego do Euclides. Nessa época a gente não tinha Conselho de Moradores e o pessoal fazia as assembléias (sic) na igreja. A primeira assembléia foi a questão da água...

foi quase todo mundo do Morro... Hoje a gente tem água, tem transporte tem escadaria, tem creche, tem escola, tem infra-estrutura... Hoje o Morro é uma cidade histórica (sic) que todo mundo pode ver e conhecer, eu adoro o Morro...” (Rosemary/Rose, 33 anos).

Assim, tal como aparece nesta fala, foi a partir da construção coletiva que os moradores do Morro foram realizando suas conquistas, que embora representem algum avanço estão longe de serem satisfatórias. Contudo, mais importante ainda é que se é regra que seus habitantes estejam mergulhados num cotidiano de dificuldades, do trabalho estafante e alienante ao lazer massificado, mesmo assim permanece a discussão política que se transforma numa luta formalizada contra as carências, o poder e as injustiças, embora se reconheça que apenas uma parcela o faça com intensidade. Sobrevive e se exercita (nos bares, nos clubes, nas associações, CEBs, na Igreja, nas festas, no uso dos espaços públicos da praça e da rua) a riqueza dos espaços de sociabilidade coletiva, das relações interpessoais, nas quais a interação diária com o outro constrói e reconstrói laços de identificação com o lugar. Enfim, permanecem flancos para se pensar em estratégias de realização do verdadeiro sentido da vida urbana.

Tratemos da morfologia socioespacial do bairro. Afinal, é a partir dela, que seus moradores produzem e vivenciam o espaço concreto, ou seja, da casa à praça e à rua, das ladeiras às escadarias, das escolas aos bares e igrejas, das bodegas aos clubes, são nestes espaços de moradia, trânsito e encontro que se vai produzindo o *lugar*, que vão se cristalizando modos de uso, expressão de seus ambientes de sociabilidade, de discussão, do riso e de festa, de luta e de vida, enfim de construção de uma identidade.

Nesta perspectiva a relação *habitante-identidade-lugar* ganha sentido, isto é, nos termos da verdadeira apropriação que os habitantes do Morro realizam neste espaço através dos seus gestos, atos e ações, sentidos e corpo, des-

de quando o ocuparam e ali começaram a produzir-se e a produzi-lo em todas as dimensões.

Se hoje mais do que em qualquer outra época, a história e a identidade do lugar são construídas de maneira compartilhada, mas em uma correlação que tende a privilegiar as imposições desagregadoras e homogeneizantes da *ordem distante* (a mundialidade em constituição), em detrimento da *ordem próxima* (o lugar com suas especificidades), todavia, é nesta última, que os homens em relações sociais no plano do vivido laboram garantindo "... a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade (...). O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida"(CARLOS, op. cit., p.29).

No caso do Morro da Conceição, este cerne passa pela festa e a religiosidade popular, assim como pelos *usos* que são dados aos espaços públicos, particularmente a praça e a rua do bairro.

Por conseguinte, são fundamentalmente os componentes simbólicos de uma religiosidade popular crescente, materializados no espaço à luz dos usos por eles promovidos para o encontro, que vão lentamente configurando e sedimentando momentos de *apropriação*, dando-lhe feição e significado de *lugar*.

Assim, a festa em suas partes religiosa e profana, realizada ali há quase um século, contribui fortemente na construção de imagens símbolo do Morro e de sua sociabilidade. Pois, na festa popular, misturam-se o rigor dos rituais sagrados ao lúdico da diversão, da concentração e da euforia, por ela trazidos ao espaço público da praça e da rua. A partir dela promove-se o encontro e as relações interpessoais que periodicamente conspiram contra os ritos repetitivos da vida cotidiana baseados no trabalho produtivo, na normatização da convivência, no isolamento da vida privada. Para Brandão (1989, p.9) "a festa se apossa da rotina e não rompe mas excede sua lógica, e é nisso que ela força as pessoas ao breve ofício ritual da transgressão"

Verdadeiro 'ritual de passagem' da casa à rua, do privado ao público e vice-versa, a festa de N. Srª da Conceição desempenha papel essencial na construção identitária do Morro. Esta identidade construída sob os auspícios da fé de milhares de peregrinos que a cada ano buscam a santa para acusar-lhe o recebimento de uma graça, fazer-lhe novos pedidos ou simplesmente para dar testemunho de sua crença, só pode ser entendida, a partir dos laços que a produziram a cada repetição do ritual ao longo do tempo pelos que vêm de fora e pelos que foram aos poucos habitando o *lugar*.

Sua concentração máxima acontece na praça e na rua do Morro. Chegar ao centro ou ao topo do Morro da Conceição pareceu-nos ser sempre o melhor percurso para quem quer alcançar as suas encostas. Sim, porque quase tudo que acontece no Morro no que se refere ao encontro – das manifestações e lutas sociais de conteúdo mais explicitamente político do *lugar* aos festejos sagrados cujo mote sejam as iniciativas de natureza coletiva, ou simplesmente, com acento na interpessoalidade das relações, passa pela *centralidade* (LEFEBVRE, 1974, p.382 e ss)⁴ existente nesta praça e na rua da Conceição contígua a ela.

Nestes espaços se reúnem romeiros de todos os quadrantes, moradores e populares na festa anual em homenagem a N. Srª da Conceição. Aí também se deram inúmeras assembléias reivindicatórias, na árdua e longa luta pela posse da terra e por melhorias na infra-estrutura do bairro, assim como, foi palco de acirradas batalhas entre os segmentos reacionários da igreja católica, impostos ao *lugar* pelo arcebispado conservador que ascendia no final dos anos oitenta, e os setores ligados à Teologia da Libertação.

Nas observações da festa realizadas nos anos de 97/98, o primeiro aspecto a ser destacado é a de um espaço dominado pelo circuito da necessidade e da oportunidade de garantir ou complementar a renda com pequenos negócios assumindo duas vertentes: de um lado, mendigos amontoados, principalmente, nas ladeiras e

escadarias de acesso à praça do Morro e no pátio interno da igreja chamam a atenção pela quantidade e penúria; de outro o comércio de produtos. Embora este não surpreenda, se considerarmos que tradicionalmente toma parte em todas as festas populares, ainda mais em tempos de aumento da pobreza a cada ciclo de retração econômica – impressiona pelo número de vendedores e pela diversidade de objetos. Eles vão das imagens de N. Sr^a da Conceição e de outros santos, “terços” fitinhas de pulso aos marços de vela; passam pelas comidas e bebidas dos bares, as carrocinhas de pipoca, amendoim torrado, algodão-doce, maçã caramelada, caldo-de-cana, churrasquinho, bolas de oxigênio, cachorro-quente, puxa-puxa, etc.; e chegam até às bugigangas encontradas em qualquer comércio formal/informal da atualidade vindos de todo o planeta como os eletrônicos em geral, material de papelaria, bijouterias, etc., brinquedos, bonecos, os indefectíveis bichinhos de pelúcia, sem falar nas fitas magnéticas e cds seguramente pirateados, jogos e até inacreditáveis barracas de frutas frescas.

Mas são, sobretudo, os momentos de uso expressos em rituais e gestos não capturados pela *troca* que simbolizam a festa como instante de *apropriação* e tem conferido identidade ao lugar. Assim, são nas outras centenas de milhares de pessoas que pela praça, ruas e escadarias acompanham a procissão de encerramento da festa, muitas delas, inclusive, através do autoflagelo, que dão seu testemunho de fé como pagadores de promessa, ou ainda, aquelas que usufruem apenas o lado profano dos nove dias de homenagens à Santa, que vamos encontrar momentos de vivência que apelam a um *uso* da rua não capturado pelo *valor de troca*. Pois, como diz Brandão (1989, p.19), a festa com suas indispensáveis partes ‘sagrada’ e ‘profana’ permite o jogo dialético, sutil e freqüentemente conflituoso de passagem do privado ao público, da casa à rua.

Para além dos períodos da festa, o burburinho nestes locais principalmente nos fins de tarde e à noite, onde as conversas fluem em pe-

quenas rodas nas portas das casas, adolescentes jogam, crianças brincam, etc., é indicador de que os sentidos do encontro e da reunião ainda não se perderam aí completamente. Igualmente eles conservam uma dimensão de vida pública em oposição à privada. Em outras palavras, a praça e a rua mantêm-se como uma certa continuidade da casa, não obstante às injunções cotidianas da normatização, das coações e separações impostas pela sociedade moderna. Fundamentalmente, nestes espaços do bairro, ocorrem episódios de *apropriação* onde em diferentes momentos e épocas e na ‘comunhão’ de especificidades do vivido, o *uso* restituído ao *valor de uso*, produz a singularidade do *lugar*.

Existem ainda os diversos espaços de sociabilidade e de ocupação do tempo livre distribuídos nos estabelecimentos que são um misto de lugar de comércio e ponto de encontro do *lugar*. Antigos bares e barracas, mercearias ou vendas (Seu Toinho, Seu Alegria, do Domicio, do Cazuza, do Joel). A *Sameiro* é, a princípio, apenas mais um estabelecimento onde compra-se pão; observações atentas revelam, porém, que a localidade é ponto de encontro onde compra-se e vende-se pão e, sobretudo, informações sobre os personagens e acontecimentos diários do bairro. Locais que, em função do produto oferecido e pela longevidade de quem oferta, assumem a condição de “parada obrigatória” de pessoas e, portanto, parte importante do burburinho noturno do bairro como o *Nado da Batatinha* e o *Caldo-de-Cana do Seu Terêncio* há mais de quarenta anos na ladeira Itaquatiara uma das mais importantes do lugar. Aí em resumo, as pessoas andam, se encontram, discutem, jogam futebol, festejam, namoram, fazem compras, serestas. Deste espaço se apropriam, consolidam relações, trocam experiências nas quais o *uso* se insurge frente a *troca*.

Portanto, manutenções como a do pitoresco *vendedor de munguzá*, do *sapateiro*, do *reparador de panelas*, ou iniciativas individuais formalizadas como a *Oficina de Artesanato* e *Venda de Ervas Mariza Albino*, ou ainda os gru-

pos de interesse, a exemplo do *Espaço Cultural Raízes de Quilombo* relacionado à cultura negra ou a troça carnavalesca *Quem Fala de Nós Não Sabe o Que Diz*, ligada a um dos grupos locais de Candomblé; os clubes e grêmios recreativos (*Acadêmicos Esporte Clube*) além de escolas de samba (*Galeria do Ritmo*) são localidades reveladoras de espacialidades que propiciam aos moradores a produção e a vivência do bairro em suas múltiplas dimensões.

Com efeito, em todos estes casos, uma vez as iniciativas de cunho associativo se darem necessariamente com forte acento no coletivo, no diálogo cotidiano com o *outro*, nas relações de vizinhança, nas formas-conteúdo do *lugar* que propiciam o encontro, acabam por permitir aqui e ali restaurações do *uso* insurgido contra a *troca*. Pois, é em presença de um *uso* restituído ao *valor de uso* que são geradas "... pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatório tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só podem ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade. (...) Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana" (CARLOS, op.cit., p.73).

Estas dimensões de uso da rua e da praça da Conceição podem ser percebidas nas falas dos moradores, mas, sobretudo, aquelas que enfatizam seu papel de espaço de lazer e de festa do *lugar*, chamam-nos a atenção. Vale dizer que a vida do *lugar*, passa pela questão da diversão como algo essencial e fundamentalmente realizada naquela área, ora nomeada de *praça*, *pátio*, *campo*, *largo*, ora negada enquanto tal pela ausência de cuidados, equipamentos e apoio institucional, mas sempre reconhecida e vivida como espaço de lazer e de encontro.

"A praça é essa área que fica por trás da igreja... a gente precisou lutar muito por essa área. A comunidade tem uma proposta de urbanização não implementada por causa de um litígio com a igreja. Legalmente a área é

logradouro público e o que falta é a prefeitura tomar uma posição no sentido de urbanizar, de construir uma quadra com alambrado, como é a vontade das pessoas. A comunidade discutiu que quer uma área tanto pra prática de esportes, como para outros fins de lazer. A gente luta por essa área porque somos uma comunidade em que a maioria das pessoas são de baixa renda e que necessitam de lazer pras crianças, os adolescentes e até mesmo os adultos que utilizam a praça e que não tem um padrão de vida que lhe dê condições de ter lazer fora. Então a praça é fundamental nesse sentido de evitar a tão já grande violência, evitar que ela se propague aqui no bairro. É lá onde os jovens, as crianças, podem descarregar um pouco essa tensão urbana dessa vida, esse stress através do esporte e da brincadeira" (Luiz Carlos/Cal, 31 anos).

Neste sentido, os *usos* dados à rua e à praça do Morro da Conceição não guardam simples dimensões frias e funcionalizadas de passagem, circulação e não-comunicação, a que esta foi submetida na cidade capitalista. Ou seja, ritualizada nos gestuais apressados da produção e do consumo de mercadorias que caracterizam os tempos/espacos dominantes da *troca* e dos espacos homogêneos. Suas vias mistas, de automóveis e pedestres, juntamente com as travessas e escadarias, compõem circuitos de circulação e de apropriação do espaco local. Representam o reforço da dominação cotidiana quando requerem a fluidez requerida pelo automóvel e exigida pelo capital na exploração da força de trabalho expressa na rotina massacrante do ir e vir ao trabalho ou, mais freqüentemente, nesses tempos de economia globalizada, de procura de emprego. Prestam-se também à apropriação pra vida quando certos fluxos 'interrompem' a lógica perversa do mercado, nos quais se baseia o espaco produto, e permite a ascensão de manifestações cujo apelo se fundamenta no predomínio dos *valores de uso*, isto é, quando o irredu-

tível, o espontâneo, o genuinamente humano encontra no espaço, possibilidade de germinação.

Com efeito, se por meio dos caminhos que formam a circulação do *lugar* pode-se perceber sua inserção crescente a momentos de sociabilidade puramente reduzidos aos *valores de troca* (de que a comercialização de produtos na festa e o próprio mercado de aluguéis dos espaços ao redor da igreja pelos bares e assemelhados são bons exemplos), neles também fortalecem-se práticas espaciais nas quais os *usos* apelam a outro tipo de troca: aquelas não mediadas pelo dinheiro, pelo interesse mercantil. São estes os casos da própria festa que ocupa todos os espaços do Morro, dos *usos* dados à praça e dos movimentos e lutas que foram dando identidade ao *lugar*.

Assim, vias como a ladeira Apique, a rua Itaquiara e a Estrada do Morro da Conceição são capitais na vida do bairro. Não apenas por serem uma das maneiras de chegar e sair dele, mas também porque é por elas que se dão parte significativa do acesso de seus moradores a serviços públicos essenciais como o da coleta de lixo, gás de cozinha, transporte coletivo e às mercadorias que abastecem os estabelecimentos comerciais, etc. ..., da mesma forma, são nelas que *usos* são subvertidos durante instantes nos períodos formais da festa religiosa e/ou permanentemente na informalidade dos lugares de vivência cotidiana como dissemos acima. Nestas situações, embora o *valor de troca* não deixe de anunciar-se, relações desinteressadas e sem vínculo monetário têm a supremacia em alguns momentos caracterizando e marcando a vida do lugar.

Se a rua transformou-se, na vida urbana moderna, em apanágio da cotidianidade (repetição, normatização, separação, uniformização, homogeneização de gestos, valores, comportamentos), ela também traz consigo o irreduzível das práticas socioespaciais cotidianas. Por meio dela apreende-se o acaso, as diferenças, o espontâneo, nela, "(...) um grupo (a cidade mesma) se manifesta, aparece, se apropria dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado: uma tal apro-

priação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao movimento revolucionário, ele se passa geralmente na rua" (LEFEBVRE *apud* CARLOS, 1996a, p.92).

Claro está, que ao destacar a importância dos usos dados à praça e à rua na vida do *lugar*, não estamos esquecendo que a construção da sociabilidade do Morro passa por todos os espaços que o caracteriza. Portanto, a diversidade e riqueza de relações produzidas nas encostas, gerados a partir da vizinhança, com seus laços de solidariedade e também de conflitos ou aquelas produzidas nos bares, clubes e associações são tão valiosos e somam-se na constituição da identidade do *lugar*, quanto aqueles gerados na praça e na rua.

Pode-se, dizer assim, que o Morro vive em processo de identificação, ou seja, em permanente reelaboração. Tanto à luz do presente, distinguindo-se em aspectos importantes dos morros vizinhos, como de relações e processos gerados longinquamente. Nele, a sobrevivência espacial da modernidade, onde relações interpessoais produzidas a cada dia, na coexistência e na primazia dos *valores de uso*, ainda geram organização, ainda têm um fim, a despeito da proliferação dos espaços de consumo, espaços sem identidade dos *não-lugares* contemporâneos.

Sem falar nas relações de vizinhança, na roda de dominó nas esquinas e na praça, nas 'biritas' tomadas em grupo nas vendas e mercearias, na reunião para as transmissões do futebol, no próprio campeonato deste esporte organizado na praça que para ela atrai centenas de moradores, isso demonstra que velhos *usos* do espaço público sobrevivem no *lugar*.

Assim, as lutas que deram forma ao Morro da Conceição, sustentadas por relações que se foram lentamente construindo ao longo do tempo, afirmaram também a identidade espacial do *lugar*. Esta permanece quer assimilando conteúdos novos, quer reforçando e as já existentes.

Lugar de moradia, de sonho e de luta o Morro é o espaço da reprodução possível da vida

e de inserção na cidade. Os sujeitos que o produzem o fazem inseridos e influenciados pelas múltiplas dimensões globais, mas tentando manter certas práticas socioespaciais peculiares a este pedaço da cidade tornado *lugar*, quando o pró-

prio chão lhes foi tomado. Da luta pelo espaço à espaço de luta, de fé, de festa e de vida. Construir uma história do 'pedaço' eis a forma de permanecer, produzir e influenciar os rumos da cidade.

Notas

- 1 Este artigo foi elaborado a partir dos caps. 2 e 3 da minha Dissertação de Mestrado, defendida em dez./99 no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – FFLCH/USP, intitulada: "A praça, a rua ... a TV de rua: usos do espaço, permanências do lugar"
- 2 LEFEBVRE, H. (1991). (*O direito à cidade*). Nestas páginas o autor diferencia os dois conceitos. O *habitar* envolve a produção e a apropriação da cidade e da realidade urbana pelos cidadãos em sua totalidade a partir da primazia dos *valores de uso*. O *habitat*, produto da cidade tornada espaço de consumo, fragmentada e negociada aos pedaços, expressa a funcionalização dos indivíduos e das atividades necessárias à existência as quais passam a subordinar-se às exigências da reprodução do capital. O indivíduo aqui, já não encontra o sentido da cidade como obra de sua participação na vida social coletiva.
- 3 O Morro da Conceição está situado na zona administrativa de Casa Amarela, zona esta que sedia o

- bairro do mesmo nome, bem como, batiza parte do conjunto de morros da zona noroeste do Recife por ele polarizado. Delimitado em nosso estudo por quinze bairros que totalizam mais de duzentos mil habitantes compreende as seguintes localidades: Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandú, Alto Santa Terezinha, Bomba do Hemetério, Brejo da Guabiraba, Brejo de Beberibe, Casa Amarela, Córrego do Jenipapo, Linha do Tiro, Macaxeira, Mangabeira, Morro da Conceição, Nova Descoberta e Vasco da Gama.
- 4 O conceito de *centralidade* nos termos colocados por H. Lefebvre se define como uma construção mental e social dada a partir da reunião e do encontro do que coexiste no espaço. "*A centralidade é uma forma, ela mesma vazia, mas que reclama um conteúdo: objetos seres naturais ou fictícios, coisas, produtos e obras, signos e símbolos, pessoas, atos, situações, relações práticas*" (grifo no original). LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*, 1974, p.382 e ss (ver bibliografia).

Bibliografia

- ANDRADE, Manoel C. De (1979). *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife: Ed. Universitária/UFPE.
- ANDRADE, Margarida M. de (1991). *Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Móoca e Belenzinho*. São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH /USP.
- AUGÉ, Marc (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. (trad. Maria L. Pereira). Campinas/SP: Papirus.
- BERNARDES, Denis (1996). *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária/UFPE.
- BRANDÃO, Carlos R (1989). *A cultura na rua*. Campinas/SP: Papirus.
- CARLOS, Ana F. A. (1996a). *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec.
- _____ (1994b). *A (Re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- CASTRO, Josué de (1959). *Documentário do Nordeste*. 2. ed. São Paulo.
- DA MATTA, Roberto (1997). *A casa e a rua*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- ETAPAS – Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social (1994). *Morro da Conceição fazendo história*. Recife.

- FALCÃO NETO, J. de A. & ALMEIDA SOUZA, M. A. de (1985). "O direito de morar" *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, maio/jun., p. 74-80.
- GOTTDIENER, Mark (1993). *A produção social do espaço urbano*. (trad. Geraldo G. de Souza). São Paulo: Edusp.
- JACOBI, Pedro (1993). *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2.ed. São Paulo: Cortez.
- KOWARICK, Lúcio (1993). *A espoliação urbana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LEFEBVRE, H. (1978) *De lo rural a lo urbano*. (trad. Javier G. Pueyo). 4.ed. Barcelona: Península.
- _____(1991). *O direito à cidade*. (trad. Rubens E. Frias). São Paulo: Moraes.
- _____(1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- MATOS, Olgária (1985). "A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças" *Espaço & Debates*, n.7, pp.45-52.
- MELO, Mário L. De (1978). *Metropolização e sub-desenvolvimento: o caso do Recife*. Recife: UFPE.
- MENDONÇA, João H. (1986). "A festa de N. Srª da Conceição de Casa Amarela" *Ciência & Trópico*, Recife, v.14, n.2, jul./dez., p. 157-181.
- MONTENEGRO, Antonio T. (1994). *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3.ed. São Paulo: Contexto.
- SANTOS, Milton (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SINGER, Paul (1982). "O uso do solo urbano na economia capitalista" In: MARICATO, Erminia. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, pp.21-36.
- SOUZA, Marcelo L. De (1989). "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política" *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.51, n.2, abr./jun., pp.139-172, 1989.

